

Venda de títulos do Tesouro será suspensa novamente nesta terça por causa de greve dos servidores

Não haverá venda de títulos por meio do programa Tesouro Direto nesta terça-feira (15), informou a secretaria do Tesouro Nacional. Todos os agendamentos de compra previstos para o dia serão cancelados por causa da greve dos servidores do órgão.

A recomendação do Tesouro é que “os investidores façam novos agendamentos para datas após o dia 15 de outubro”. Operações de resgate antecipado e agendamentos serão realizados normalmente, e os investidores poderão resgatar seus ativos caso desejem.

Essa é a terceira interrupção da venda de títulos no último mês. O motivo

são as “restrições operacionais” causadas pela greve dos servidores, que começou em agosto. A discussão, que já dura meses, também vem provocando atrasos em divulgações estatísticas e operações de crédito de estados e municípios. Leilões da dívida pública seguem ocorrendo normalmente.

Na última semana, a história ganhou novos capítulos com a ida de funcionários à Justiça para entrega de cargos diante do impasse sobre o reajuste salarial.

No dia 7 de outubro, a categoria rejeitou, pela terceira vez, a proposta apresentada pelo governo. É uma das poucas que ainda não concluíram a negociação com o

MGI (Ministério da Gestão e Inovação), responsável pela política de pessoal. Os acordos já firmados alcançam 98% da força de trabalho do Executivo federal.

A principal reclamação vem dos servidores do Tesouro e tem como alvo a disparidade com as outras duas principais carreiras do Ministério da Fazenda: auditores da Receita Federal e procuradores da Fazenda Nacional.

Ambas têm os salários reforçados por uma parcela extra, em forma de bônus ou honorários de sucumbência (recebidos pelos advogados em ações judiciais vencidas em favor da União). Não há paralelo para as demais categorias.

Folhapress



Economia



Gás natural ficará 1,41% mais barato em novembro, diz Petrobras

Página - 03

Eólicas registram prejuízo de R\$ 1,4 bilhão e suspendem investimentos

Página - 03



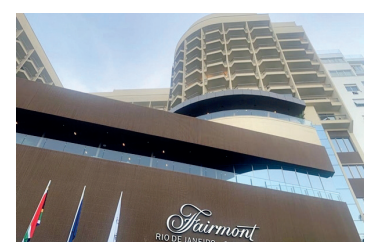
Leila crava sobre venda do Palmeiras para nova SAF por R\$3,5BI

Página - 05



BTG compra os 18 imóveis da Accor por R\$ 1,7 bilhão, incluindo Fairmont e Ibis

Página - 05



TCU vai apurar caso Enel e terá reuniões com Tarcísio e Nunes

Página - 04

Padilha diz que pacote anti-STF é retaliação ao Supremo e não deveria ser prioridade do Congresso

Página - 04

No Mundo

Ataques de Israel matam 21 no Líbano e 10 em Gaza



Ataques promovidos por Israel contra alvos do Hamas na Faixa de Gaza e do Hezbollah no Líbano mataram ao menos 31 pessoas nesta segunda-feira (14), em mais uma etapa violenta do confronto no Oriente Médio.

Na mão contrária, o grupo extremista libanês tentou atacar uma base naval no norte de Israel e lançou três mísseis contra Tel Aviv, coração econômico do Estado judeu. Não houve vítimas relatadas, um dia depois de um ataque que deixou quatro mortos numa unidade militar de elite.

No Líbano, 18 pessoas morreram em um ataque aéreo numa região que não havia sido alvo da guerra ainda,

o extremo norte do país. Elas estavam na vila de maioria cristã maronita de Aitou, segundo a Cruz Vermelha.

A prefeitura da cidade disse que as vítimas eram refugiados. Israel apenas afirmou que conduziu ataques contra o Hezbollah, aliado do Hamas palestino na atual guerra, em vários pontos do país.

Num deles, ao sul, Israel anunciou ter matado o chefe da força de mísseis antitanque do Hezbollah, responsável por um dos aspectos mais temidos no norte do país, o disparo de modelos Kornet russos.

Já a nova polêmica da guerra, com o choque entre Israel e a Unifil, a força de paz da ONU no sul do

país, seguiu nesta segunda.

No domingo, tanques israelenses foram acusados de invadir e atirar contra um QG da missão, enquanto o premiê Binyamin Netanyahu disse que os soldados multinacionais estavam sendo usados pelo Hezbollah como escudos humanos. O chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, afirmou nesta segunda que a ação é inaceitável.

Na frente original da atual guerra, a Faixa de Gaza, ao menos dez pessoas morreram após ataque israelense que, segundo a agência da ONU na região, atingiu um centro de refugiados no hospital Mártires de Al-Aqsa, em Deir al-Balah.

Igor Gielow/Folhapress

Exercício de ataque nuclear da Otan eleva tensão, diz Rússia

O exercício anual de ataque nuclear da Otan começou nesta segunda (14) com a estreia da Finlândia, que aderiu à aliança militar ocidental no ano passado, e críticas da Rússia.

“Sob as condições de uma guerra quente, que está ocorrendo dentro do arcabouço do conflito ucraniano, tais exercícios levam a nada menos do que mais escalada de tensões”, disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

A queixa é previsível, mas ignora o fato de que a Rússia fez neste ano um exercício de emprego de armas nucleares táticas, aquelas que teoricamente são usadas de forma limitada nos campos de batalha, sem programação prévia. Bombas do tipo foram posicionadas na vizinha Belarus.

Além disso, o presidente Vladimir Putin está revisando sua doutrina de uso dessas armas, sugerindo que elas podem ser empegadas em caso de ataques convencionais de qualquer tipo à Rússia antes, elas só seriam

sacadas em caso de ação nuclear ou convencional, mas que trouxesse risco existencial ao país.

Tudo isso vem no escopo das tensões com o Ocidente, exacerbadas pela Guerra da Ucrânia. A Otan tem feito também movimentos no setor, dizendo que pode aumentar o arsenal de cem ogivas táticas que guarda em seis bases de cinco países europeus.

Os EUA também estão revisando sua política de uso dos armamentos, e iniciaram o desmonte do sistema de tratados de controle de armas ainda na gestão de Donald Trump (2017-2021).

Peskov voltou a dizer que Moscou não vê condições para reabrir negociações de desarmamento com os EUA porque Washington está ativamente participando da guerra ao lado de Kiev.

A deterioração do ambiente de segurança nuclear do mundo foi evidenciada com a concessão do prêmio Nobel da Paz deste ano a uma entidade japonesa que luta pelo fim dessas armas.

Igor Gielow/Folhapress

China ameaça Taiwan com novas ações após simular cerco com recorde de aviões



As Forças Armadas da China iniciaram exercícios militares que simularam um cerco à ilha de Taiwan, neste domingo (13, manhã de segunda-feira no horário local), dias após o presidente do território, Lai Ching-te, falar em discurso anual que não há relação de subordinação entre Pequim e Taipé.

Foram mobilizadas a Marinha, a Força Aérea e a Força de Foguetes, além de outros setores do Exército de Libertação Popular, para movimentos no Norte, Sul e Leste da ilha, além do estreito de Taiwan, com simulações de

bloqueio de portos e ataques ao território. Navios e aeronaves chinesas aproximam-se de Taiwan “de diferentes direções”, com foco em patrulhas para combate no mar e bloqueios de portos e áreas chave, disse o comando do Leste das forças chinesas.

O Ministério da Defesa de Taiwan afirmou que foram envolvidos 17 navios de guerra chineses e 125 aeronaves de Pequim -o maior número de aviões que a pasta detectou operando ao redor da ilha em um único dia.

A administração de Taiwan condenou o que chamou de “ato irracional e

claramente provocativo” de Pequim, acrescentando que deixou suas forças de segurança em prontidão. De acordo com a guarda costeira chinesa, quatro frotas de suas embarcações estavam realizando exercícios de patrulha nas águas ao redor da ilha.

“As ações do Exército de Libertação Popular serão intensificadas a cada provocação de ‘independência de Taiwan’, até que a questão de Taiwan seja completamente resolvida”, afirmou o Ministério da Defesa da China, em comunicado. Pequim declarou que a ação desta segunda já foi completada.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Gás natural ficará 1,41% mais barato em novembro, diz Petrobras



A Petrobras reduzirá o preço do gás natural para as distribuidoras em 1,41% a partir de novembro. O anúncio foi feito nesta segunda-feira (14), no Rio de Janeiro, pelo diretor executivo de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Maurício Tolmasquim, que destacou ainda a queda de 17% no preço do produto desde 2023.

Ele lembrou que o gás natural é uma parte importante da transição energética e afirmou que o governo e a Petrobras têm como objetivo preços competitivos para consumidores para ajudar na massificação do gás, um elemento importante do programa brasileiro porque emite

menos que os outros combustíveis fósseis.

“Então, agora em novembro, acabei de ter essa informação, a gente vai reduzir em 1,41% o preço do gás por conta do câmbio pela cotação do Brent em relação ao trimestre anterior, lembrando que, desde 2023, já foram reduzidos de 17% do preço do gás desde janeiro de 2023, isso no governo Lula, mais de 1,41% agora neste trimestre. É uma mudança e um movimento importante”, disse, acrescentando que os contratos são trimestrais.

O anúncio foi feito durante café da manhã, nesta segunda-feira (14), com a presença da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, e outros diretores da companhia.

Tolmasquim informou, ainda, que a diretoria da companhia aprovou agora em outubro novas ofertas de contratos de gás de distribuidoras com uma diversificação maior.

“As distribuidoras podem fazer um tipo de contrato jogando com flexibilidade, prazos, início de fornecimento, local de entrada e indexador. Jogando com essas variáveis a gente tinha 20 possibilidades de combinação de contratos anteriormente. Esse novo pacote aprovado pela diretoria faz passar de 20 para 48 possibilidades para as distribuidoras”, detalhou.

Além do preço competitivo, o diretor considerou interessante a aprovação de um prêmio de incentivo à demanda.

Cristina Indio do Brasil/ABR

Eólicas registram prejuízo de R\$ 1,4 bilhão e suspendem investimentos



As maiores empresas de energia eólica que atuam na região Nordeste do país contabilizam um prejuízo de R\$ 1,4 bilhão com seus empreendimentos, rombo financeiro que tem comprometido as operações atuais e que já levou empresas a congelarem planos bilionários de investimentos no país.

A origem do problema envolve desde limitações técnicas e regras do setor elétrico para transmitir a energia produzida pelos parques eólicos do Nordeste, até atraso em linhas de transmissão e subestações, impondo restrições ao que cada gerador poderia entregar.

A Folha de S.Paulo teve

acesso ao conteúdo de uma reunião feita na última semana de agosto entre executivos das empresas e representantes da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

O encontro teve a participação de empresas como CPFL, EDP, Engie, SPIC e Voltalia, donas de grandes parques eólicos no Nordeste. O objetivo era detalhar os prejuízos que cada companhia tem sofrido com o corte imposto na geração, principalmente nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

A CPFL relatou que já registrou pelo menos R\$ 200 milhões em prejuízos neste ano. A EDP informou que tem sofrido com cortes acima 30% em seu potencial de ge-

ração, com cerca de R\$ 3 milhões de prejuízo por semana.

A SPIC, que atua com eólicas e painéis solares, falou em perdas de 65% e prejuízo de R\$ 10 milhões por mês. No caso da Voltalia, cerca de 80% de sua potência total de 1.500 megawatts (MW) instalados no país chegaram a ser cortados, resultando em um prejuízo de R\$ 111,2 milhões entre janeiro e setembro de 2024.

No encontro, os executivos expuseram os dados e falaram em risco iminente de calotes em cascata, envolvendo pagamentos de dívidas com bancos, operações de manutenção das plantas e até de aluguel de terrenos onde ergueram seus cata-ventos.

Andrés Borges/Folhapress

Horário de verão ainda divide brasileiros, mas apoio a ele nunca foi tão baixo

A volta do horário de verão divide os brasileiros, mas o apoio à mudança no relógio é o menor da série do Datafolha, que começa em 2017. Atualmente, 47% declararam ser favoráveis e 47% contrários a ele, enquanto uma parcela de 6% se diz indiferente.

É o que aponta a pesquisa feita pelo instituto nos dias 7 e 8 de outubro, por meio de 2.029 entrevistas em 113 municípios de todo o país. O nível de confiança é de 95%, e, para o total da amostra, a margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Na semana passada, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que iria decidir sobre o retorno do horário de verão, após reunião técnica, nesta terça-feira (15), prazo máximo para implementação ainda neste ano.

“O horário de verão é extremamente transversal. Se for imprescindível, ele será [adotado neste ano], mesmo sabendo que divide opiniões em todo o Brasil”, afirmou Silveira a jornalistas em Bra-

sília no dia 8. Além de comprovar essa divisão, o Datafolha aponta que o apoio ao horário de verão caiu nos últimos anos. Em comparação aos levantamentos anteriores, de setembro de 2017 e o mesmo mês de 2021, o percentual de entrevistados que se disseram favoráveis a ele vem recuando, enquanto a rejeição cresceu.

Em 2017, 58% eram favoráveis ao horário de verão, e 35, contrários. Quatro anos mais tarde, em 2021, 55% aprovavam a medida e 38% eram contrários.

Em alguns setores, como o aéreo, é necessário que o governo dê 20 dias para adaptação à mudança no relógio. De acordo com o governo, a decisão, com aval do presidente Lula (PT), será baseada em avaliação de riscos energéticos.

A falta de chuva já causou o aumento da bandeira da conta de luz. O horário de verão é uma das alternativas na mesa do governo, que também já ampliou autorizações para o funcionamento de usinas termelétricas a gás.

Douglas Gravass/Folhapress



Política

TCU vai apurar caso Enel e terá reuniões com Tarcísio e Nunes



O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, disse à CNN que determinou à Corte que sejam analisados os motivos do apagão em São Paulo e que o ministro Augusto Nardes irá a capital paulista se reunir com o governador Tarcísio de Freitas e com o prefeito Ricardo Nunes.

“A equipe de auditoria do TCU fez uma análise documental, estática e tirou conclusões técnicas que merecem atenção. Entretanto emergências climáticas dinâmicas precisam ser consideradas na

operação de concessionárias, especialmente as que prestam serviços públicos essenciais, como fornecimento de energia elétrica. Pedirei ao relator, ministro Augusto Nardes, que examine esse quadro gravíssimo com o rigor necessário”, disse Dantas à CNN.

De acordo com ele, Nardes está indo a São Paulo para uma reunião com prefeitura e governo do estado. A reunião deve ocorrer amanhã à tarde no Palácio dos Bandeirantes.

Nardes é relator de uma representação que tramita na corte e que analisa as causas do apagão ocorri-

do em São Paulo em 2023.

Até agora, um relatório elaborado pela corte concluiu que não foram encontradas irregularidades na atuação do Poder Público, apesar de a Aneel ter reconhecido a necessidade de aprimoramento da regulação no tratamento de eventos climáticos extremos.

A área técnica da corte propôs a realização de uma auditoria operacional para aprofundar as análises sobre os impactos de eventos climáticos extremos no setor elétrico. A representação precisa ser levada ainda ao plenário para votação.

CNN

BC não deveria votar na meta de inflação no CMN, diz Galípolo

Nesta segunda-feira (14), o presidente aprovado do Banco Central, Gabriel Galípolo, voltou a defender que o Banco Central não deveria votar na definição de meta inflacionária estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), posição já defendida pelo atual comando da instituição e expressada pelo diretor do BC em sua sabatina no Senado.

O órgão colegiado presidido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e composto pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, e pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, estabeleceu, em junho deste ano, que a autoridade monetária deve perseguir seu objetivo de forma contínua, e não mais anual, com alvo atual de 3% --com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Nos últimos 12 meses, o IPCA (Índice Nacio-

nal de Preços ao Consumidor Amplo) somou 4,42%, perto do limite superior do intervalo de tolerância.

“O BC vai seguir fazendo o que é necessário para seguir a meta”, disse Galípolo durante evento do Itaú BBA em São Paulo.

O economista atribuiu a alta de preços a adversidades climáticas, à força do mercado de trabalho e à desvalorização do real em relação ao dólar.

Apesar da pressão sobre o real, o atual diretor de política monetária da instituição disse que é importante que o câmbio seja flutuante para que absorva choques econômicos.

A atual gestão se destaca pela falta de intervenções no câmbio. Das poucas vezes em que auxiliou o real, o BC fez leilões adicionais de contratos de swap cambial entre o fim de agosto e o início de setembro, quando a moeda americana beirou os R\$ 5,70 durante o pregão.

Júlia Moura/Folhapress



Padilha diz que pacote anti-STF é retaliação ao Supremo e não deveria ser prioridade do Congresso



O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) disse nesta segunda-feira (14) que o pacote anti-STF, conjunto de medidas que limitam poderes de ministros do Supremo Tribunal Federal e ampliam as hipóteses de pedidos de impeachment dos magistrados, não deveria ser prioridade do Congresso.

Segundo o ministro que comanda a articulação do governo Lula, o pacote é uma “espécie de retaliação” ao tribunal por suas decisões.

Na semana passada, a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade de duas PECs (Propostas de Emenda à Constituição) e dois projetos

de lei que miram o Supremo.

“Tem posição clara da liderança do governo ser contrário à aprovação [das medidas]. Daquilo que foi aprovado, vamos analisar cada um deles. Nós sempre defendemos que Congresso Nacional esteja concentrado nas propostas legislativas que sustentam o atual ciclo de crescimento econômico do país. Essa é prioridade absoluta”, disse.

“Achamos qualquer outra proposta, qualquer outro tema, não deveria ser prioridade do Congresso Nacional. Inclusive qualquer conjunto de medidas que possam, na prática, ser revistas, atitudes tomadas como espécie de retaliação à postura da Suprema Corte sobre qualquer tema”, completou.

A declaração foi feita a jornalistas após reunião no Palácio do Planalto com o presidente e líderes do governo na Câmara e no Senado, José Guimarães (PT-CE) e Randolfe Rodrigues (PT-AP), respectivamente.

Padilha disse ainda que a prioridade deve ser a reforma tributária, sobretudo. O governo diz estar nas tratativas finais com parlamentares para que as medidas sejam aprovadas no Senado e na Câmara em dezembro.

Segundo integrantes do governo, a avaliação é de que a maioria das propostas não deve mesmo prosperar, independente da pressão de integrantes da oposição sobre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Marianna Holanda/Folhapress

Leila crava sobre venda do Palmeiras para nova SAF por R\$3,5BI



Leila Pereira, bilionária e presidente do time do Palmeiras, pegou muita gente de surpresa ao confirmar publicamente sobre virar dona de SAF.

Dito isso, no domingo (6), o TV Foco traz como destaque a declaração da famosa que deixou o Brasil paralisado, diante das expectativas de muitos.

De acordo com informações do portal Bola Vip, os torcedores do Palmeiras já se demonstraram simpáticos à ideia do Clube Paulista virar SAF, com o argumento de que a equipe se tornaria ainda mais forte. Porém, há o risco de um certo “domínio” da empresa em questão.

Dessa forma, Leila Pereira acabou falando publi-

camente sobre essa possibilidade e rechaçou qualquer chance disso acontecer. Em entrevista ao Palmeiras Cast, ela deixou claro que não vê a necessidade disso.

“Para o Palmeiras, eu como presidente, jamais proporia a transformação em uma SAF. Palmeiras não é uma empresa, mas é administrado como se fosse uma. Aqui não teria essa necessidade. Não sei no futuro”, revelou Leila Pereira, na ocasião.

Ainda na ocasião, ela se mostrou favorável para clubes que estão enfrentando dificuldades: “Não sou contra a transformação de clubes em empresas, acho que é o futuro. Não faria (no Clube), para deixar claro, mas para determinados clubes eu não tenho

dúvida que a solução seria essa”, completou.

“Nas minhas andanças por aí, conhecendo outros clubes, fico muito chocada. E aí vejo por que determinados clubes estão em situações horrores e que não deveriam estar. Quem sofre é o pobre do torcedor, porque falta essa responsabilidade. Precisaria responsabilizar os presidentes desses clubes”, concluiu.

De acordo com informações do portal Bola Vip, os torcedores do Palmeiras já se demonstraram simpáticos à ideia do Clube Paulista virar SAF, com o argumento de que a equipe se tornaria ainda mais forte. Porém, há o risco de um certo “domínio” da empresa em questão. TVFoco

Fusão de Gol e Azul pode manter bandeiras separadas, diz jornal

A fusão das companhias aéreas Gol (GOLL4) e Azul (AZUL4) pode manter as bandeiras separadas, operando de forma independente, disse a coluna Capital, do jornal O Globo.

Nesse desenho, a Azul passaria a fazer parte da Abra, a holding criada pela colombiana Avianca e a Gol, ganhando assento no conselho, acrescentou a publicação. O formato preservaria as culturas operacionais de cada empresa.

A expectativa é de que o anúncio de fusão aconteça ainda este ano, nem que seja em uma versão preliminar. Com isso, todos os trâmites

regulatórios e de liberação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ficariam para o ano que vem.

A Gol registrou prejuízo líquido de R\$ 544 milhões em agosto, frente a R\$ 221 milhões em julho. A empresa tinha dívida líquida de R\$ 28,4 bilhões. A companhia entrou com um pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos em janeiro deste ano.

Já a Azul negocia com credores: a empresa teve um acordo comercial com arrendadores e fabricantes de equipamento para trocar suas dívidas por uma participação equivalente em ações da companhia aérea. Infomoney



BTG compra os 18 imóveis da Accor por R\$ 1,7 bilhão, incluindo Fairmont e Ibis



O BTG Pactual acertou a compra da Accor Invest Brasil, que administra os ativos imobiliários da rede Accor no país. Por meio de fundos geridos pelo banco, a instituição levou um portfólio de 18 imóveis, entre eles os hotéis Fairmont e o antigo Ceasar Park, rebatizado com a bandeira Sofitel, ambos no Rio.

O valor da transação, incluindo investimentos já programados nos ativos, soma cerca de R\$ 1,7 bilhão.

É a maior transação de hotéis realizada neste ano no Brasil, somando 2,6 mil quartos. O investimento está

sendo feito pelo FIP Development Fund Warehouse Multiestratégia Investimento no Exterior, gerido pelo BTG, e será distribuído para outros portfólios de hotéis da asset do banco, incluindo os fundos listados Hotel Maxinvest (HTMX11) e BTG Pactual Hotéis (BTHI11). Com isso, a asset do BTG, que já tem uma carteira de 54 hotéis, passa a gerir o maior portfólio hoteleiro do Brasil, com quase cerca de 5 mil quartos.

No Rio, o Sofitel de Ipanema está sendo reformado e deve ser reinaugurado até 2026. Na capital carioca, o pacote ainda inclui o hotel boutique Santa Teresa MGal-

lery by Sofitel, e o Mama Shelter, ambos no bairro de Santa Teresa. Já em São Paulo, o foco é o turismo corporativo e o portfólio inclui os hotéis Pullman Guarulhos e Pullman Vila Olímpia, No

Os hotéis continuarão a ser operados pela rede Accor. A transação se insere na estratégia da Accor de concentrar o portfólio imobiliário na Europa. A taxa de ocupação dos hotéis voltados para turismo corporativo em São Paulo está em torno de 65%, enquanto a ocupação média dos hotéis no Rio ficou em 71,11% em 2023, segundo pesquisa da Hotéis Rio.

Pipeline Valor



Publicidade Legal

IZP Franca Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 30.934.544/0001-91 – NIRE 35.300.574.141

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2024

1. Data e Horário. Aos 02/10/2024, às 12:00 horas. **2. Local.** Na Avenida Faria Lima, nº 3.600, 11º andar, conjunto 112 (parte), Itaim Bibi, São Paulo-SP, de forma exclusivamente digital. **3. Convocação e Presença.** Dispensada a convocação, por estarem presentes a totalidade dos acionistas da Companhia. **4. Mesa.** Presidente, o Sr. Ricardo de Santos Freitas; Secretária, a Sra. Maria Cecília Carrazedo de Andrade. **5. Ordem do Dia.** (i) autorizar a 2ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, em série única, para colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica a ser convalidada na espécie com garantia real, para colocação privada ("Debêntures"), a serem subscritas integralmente pela **Virgo Companhia de Securitização**, sociedade por ações com registro de companhia securitizadora na categoria "S2", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 728, com sede em São Paulo-SP, na Rua Gerivitiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CNPJ nº 08.769.451/0001-08 e NIRE 35.300.340.949 ("Debenturista" ou "Securitizadora"), mediante a celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única da Espécie Quirográfrica a ser Convalidada em Espécie com Garantia Real, para Colocação Privada da IZP Franca Empreendimentos Imobiliários S.A." ("Escritura de Emissão de Debêntures"); (ii) autorizar a constituição de alienação fiduciária da fração ideal de 41,575% do imóvel referido do objeto da matrícula nº 200.053, do 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, de propriedade da Companhia ("Imóvel"), a ser constituída nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado, entre a Companhia, na qualidade de fiduciante e a Securitizadora, na qualidade de fiduciária ("Alienação Fiduciária Imóvel" e "Contrato de Alienação Fiduciária Imóvel"), para garantir o cumprimento de todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia por força das Debêntures, incluindo todos os seus acessórios, atualização monetária, juros remuneratórios, encargos, prêmios, penalidades, as despesas com a execução da Alienação Fiduciária de Imóvel, honorários advocatícios, os custos ordinários da Operação de Securitização, inclusive com os prestadores de serviços, e demais encargos contratuais e legais previstos na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como o cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias ou não, incorridas para a plena satisfação e integral recebimento dos valores devidos em razão da Escritura de Emissão de Debêntures ("Obrigações Garantidas"); e (iii) autorizar os diretores da Companhia a tomarem todos os atos necessários e celebrarem todos os documentos aplicáveis para efetivar as deliberações tomadas na presente assembleia geral extraordinária, incluindo eventuais retificações, ratificações e/ou aditamentos dos instrumentos que forem firmados no âmbito da emissão. **6. Deliberações.** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **6.1.** Aprovar, por unanimidade de votos, nos termos do artigo 8º, do Estatuto Social da Companhia, e na forma do disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, aprovar a emissão das Debêntures, para colocação privada, com as seguintes e principais características: **6.1.1. Valor Total da Emissão.** O Valor Total da Emissão de Debêntures é R\$ 18.400.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). **6.1.2. Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), será de R\$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"), perfazendo o montante total de R\$ 18.400.000,00. **6.1.3. Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 18.400 Debêntures, todas relativas à série única da Emissão. **6.1.4. Data de Emissão.** Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será 02/10/2024 ("Data de Emissão"). **6.1.5. Data de Vencimento.** A data de vencimento das Debêntures será 10/10/2034 ("Data de Vencimento"). **6.1.6. Periodicidade de Pagamento da Remuneração.** O pagamento da Remuneração pela Companhia será feito mensalmente conforme Anexo I da Escritura de Emissão de Debêntures ("Primeiro Pagamento da Remuneração"). **6.1.7. Periodicidade de Amortização Programada.** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado mensalmente conforme do Anexo I a Escritura de Emissão de Debêntures. **6.1.8. Colocação.** As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. **6.1.9. Subscrição.** As Debêntures serão subscritas pela Securitizadora por meio da assinatura de boletim de subscrição, conforme modelo constante no Anexo II da Escritura de Emissão de Debêntures ("Boletim de Subscrição"), bem como pela inscrição de seu nome no Livro de Registro de Debêntures Nominativas. **6.1.10. Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora. **6.1.11. Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirográfrica a ser convalidada na espécie com garantia real da Alienação Fiduciária de Imóvel. **6.1.12. Atualização do Valor Nominal Unitário.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado mensalmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA/IBGE"), a partir da primeira Data de Integralização dos CRI, e será atualizado mensalmente nas Datas de Pagamento ("Atualização Monetária"), calculada na forma e nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. **6.1.13. Remuneração.** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 9,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, com base em um ano de 252 Dias Úteis, desde a primeira Data de Integralização dos CRI ou da última Data de Pagamento imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso até a próxima Data de Pagamento, exclusiva ("Remuneração"), sendo calculado na forma e nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. **6.1.14. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado conforme do Anexo I da Escritura de Emissão de Debêntures, na forma e nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. **6.1.15. Repactuação.** As Debêntures não serão objeto de repactuação. **6.1.16. Data de Subscrição.** As Debêntures

serão subscritas pela Debenturista nas datas de integralização das Debêntures, na forma descrita na Escritura de Emissão de Debêntures. **6.1.17. Datas de Integralização.** As Debêntures serão integralizadas exclusivamente com os recursos advindos da integralização dos CRI, de nos termos e condições do Termo de Securitização. **6.1.18. Prazo e Forma de Integralização.** As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional: (i) na primeira Data de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário; e (ii) para as demais integralizações, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, contados desde a primeira Data de Integralização dos CRI (inclusive) até a respectiva Data de Integralização das Debêntures (exclusive) ("Preço de Integralização"), devendo a Emissora assinar, a cada data de integralização das Debêntures, o recibo de integralização das Debêntures, em favor da Securitizadora, conforme modelo constante do Anexo III da Escritura de Emissão de Debêntures. **6.1.19. Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 13º mês (inclusive) contados da Data de Emissão, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, observado o quanto previsto no item 6.1.19.1 abaixo, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404, mediante notificação à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI, com 10 Dias Úteis de antecedência, observadas as Regras de Notificação de Resgate Antecipado previstas abaixo ("Resgate Antecipado Facultativo"). **6.1.19.1.** Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, a Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de prêmio (flat) a ser aplicado sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, de acordo com o mês em que a liquidação antecipada das Debêntures ocorrer, contados da Data da Emissão, conforme tabela abaixo ("Valor do Resgate Antecipado"):

Mês	Prêmio
13º mês (inclusive) ao 24º mês (inclusive)	3,00%
24º mês (exclusive) até o 36º mês (inclusive)	1,50%
36º mês (exclusive) até o 48º mês (inclusive)	0,50%
48º mês (exclusive) até o 60º mês (inclusive)	0,50%
60º mês (exclusive) até o 120º mês (inclusive)	0,00%

6.1.19.2. Não será devido qualquer valor a título de Prêmio após o 60º mês (exclusive) da Data de Emissão até o vencimento. **6.1.20. Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 13º mês (inclusive), promover a amortização extraordinária facultativa parcial das Debêntures, observado o quanto previsto no item 6.1.20.1 abaixo, na mesma data de pagamento da Remuneração, utilizando-se os recursos próprios, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data da respectiva amortização extraordinária, bem como acrescido de prêmio (flat) a ser aplicado sobre o valor da amortização parcial, de acordo com o mês em que a liquidação antecipada das Debêntures ocorrer, contados da Data da Emissão, conforme tabela abaixo ("Amortização Extraordinária Facultativa"):

Mês	Prêmio
13º mês (inclusive) ao 24º mês (inclusive)	3,00%
24º mês (exclusive) até o 36º mês (inclusive)	1,50%
36º mês (exclusive) até o 48º mês (inclusive)	0,50%
48º mês (exclusive) até o 60º mês (inclusive)	0,50%
60º mês (exclusive) até o 120º mês (inclusive)	0,00%

6.1.20.1. Não será devido qualquer valor a título de Prêmio após o 60º mês (exclusive) da Data de Emissão, até o vencimento. **6.1.21. Vencimento antecipado.** As hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures constarão da Escritura de Emissão de Debêntures. **6.1.22. Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão integral e exclusivamente utilizados, para o custeio dos recursos necessários à construção e/ou reforma de um empreendimento imobiliário de uso misto, cujo o imóvel é objeto da matrícula nº 200.053, do 4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP ("Imóvel", "Matrícula do Imóvel" e "Registro de Imóveis" e "Empreendimento Alvo", respectivamente), observado o cronograma de destinação constante do Anexo VIII da Escritura de Emissão de Debêntures ("Destinação de Recursos"); **6.1.23. Demais condições.** Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Debêntures serão tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão de Debêntures. **6.2.** Autorizar a participação da Companhia em operação de oferta pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), por meio de oferta pública de distribuição em regime de melhores esforços, com registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160", "Oferta" e "Operação de Securitização", respectivamente), que serão lastreadas por cédula de crédito imobiliário de emissão da Securitizadora, que representará integralmente os recebíveis decorrentes das Debêntures, no valor base de R\$ 18.400.000,00. Os CRI terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00. **6.3.** Autorizar a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos complementares necessários ao cumprimento do que ora ficou resolvido e do que mais seja determinado pelas leis que regem a matéria. **7. Encerramento.** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata. São Paulo, 02/10/2024. **Mesa: Ricardo de Santos Freitas** – Presidente; **Maria Cecília Carrazedo de Andrade** – Secretária. **Acionista:** HP Design Offices Empreendimentos e Participações S.A. (por seu administrador, Ricardo de Santos Freitas). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 359.068/24-8 em 11/10/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Taxas de juros caem com melhora da percepção fiscal após 3 sessões em alta

Os juros futuros fecharam a sessão desta segunda-feira, 14, em queda firme, aparando o excesso de prêmios adicionados à curva nas últimas três sessões. Sem a referência do segmento de Treasuries, hoje fechado em função de feriado nos EUA, o mercado aproveitou sinais de melhora no ambiente fiscal para corrigir parte da alta acumulada, como declarações de autoridades e um possível plano do governo de contenção de gastos a ser executado após as eleições municipais.

Numa sessão de liquidez mais baixa, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 caiu de 12,66% no ajuste de sexta-feira para 12,53% e a do DI para janeiro de 2027, de 12,85% para 12,64% (mínima). O DI para janeiro de 2029 encerrou com taxa de 12,62% (mínima), de 12,84% no ajuste anterior.

Dada a esticada dos prêmios, a expectativa era de que um ajuste em baixa na curva não tardaria, ainda que o alívio de hoje esteja longe de ser considerado tendência. Já pela manhã as taxas caíam, com o mercado acompanhando a participação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do diretor de Política Monetária e futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, no Congresso Itau BBA Macro Vision 2024, no qual mostraram alinhamento nas percepções sobre as contas públicas e diagnósticos sobre o panorama econômico.

Haddad defendeu o trabalho que vem executando à frente da Pasta ao mirar os gastos tributários e calibrar despesas e receitas em busca do equilíbrio. "Não vejo outro caminho para o Brasil que não seja o de calibrar uma trajetória consistente em que a receita cresça acima do PIB e a despesa cresça abaixo do PIB."

IstoÉDinheiro

Valor de doações de máquinas, equipamentos e materiais pela Codevasf

Em R\$ milhões

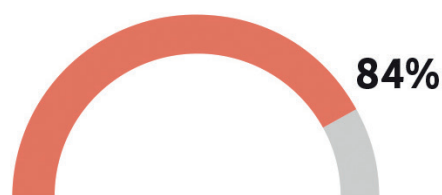


Cidades mais beneficiadas pelas doações

- 1 Montes Claros (MG)
- 2 Macapá (AP)
- 3 Campo Formoso (BA)

Doações que envolvem máquinas pesadas

Retroescavadeiras, tratores e veículos, como caminhões



R\$ 170 milhões

Foram doados pela Codevasf para entidades privadas, como associações comunitárias, sindicatos e conselhos até setembro de 2024

*Valores atualizados

Obs: Tanto os valores de 2020 quanto os de 2024 consideram os empenhos até setembro

Fonte: Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba)

Ventus Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 15.362.012/0001-33 – NIRE 35.300.436.458

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de outubro de 2024

Data, Hora, Local: Em 09/10/2024, às 08:40 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da representante da totalidade das ações da Companhia ("Acionista"). **Mesa:** Presidente: **Viviane de Oliveira Soares**; Secretária: **Luana Martins Vianna**. **Deliberações:** A Acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas: 5.1. Aprovar a conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no valor no valor total de R\$ 10.000,00 em aumento de capital social e, em decorrência, o capital social passará de R\$ 276.362.546,77 para R\$ 276.372.546,77, com a emissão de 10.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 cada. 5.2. Fica consignado que as 10.000 novas ações ora emitidas pela Companhia são, neste ato, totalmente subscritas pela Acionista **Ibitu Energias Renováveis S.A.**, CNPJ nº 13.950.526/0001-84, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, parte, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. 5.3. De forma concomitante ao aumento de capital, aprovar a redução do capital social da Companhia, passando dos R\$ 276.372.546,77 para R\$ 273.494.546,77, uma redução de R\$ 2.878.000,00, realizada com o cancelamento de 2.878.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com o preço de redução de R\$ 1,00 cada. 5.4. Consignar que, nos termos do § 1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação desta ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução ora deliberada. 5.5. Consignar que a redução ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.3. acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva. 5.6. Consignar que o montante de R\$ 2.878.000,00, referente à redução de capital, será restituído à acionista da Companhia. 5.7. Em virtude do aumento e da redução ora deliberados, a Acionista decide pela alteração do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social, para fazer constar o valor atualizado do capital social e das ações da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: "Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 273.494.546,77, dividido em 273.494.546 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." 5.8. A Acionista decide autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas neste ato. 5.9. A Acionista decide consolidar o Estatuto Social, no sentido de refletir as alterações deliberadas na Ata de Assembleia Geral realizada em 14/04/2021 e registrada nesta JUCESP sob nº 1.004.026/22-5, em 28/12/2022, na Ata de Assembleia Geral realizada em 12/12/2022 e registrada nesta JUCESP sob nº 1.004.027/22-9, em 28/12/2022 e na Ata de Assembleia Geral realizada em 31/05/2023 e registrada nesta JUCESP sob nº 260.832/23-6, em 29/06/2023. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 09/10/2024. **Viviane de Oliveira Soares – Presidente;** **Luana Martins Vianna – Secretária.** **Acionista: Ibitu Energias Renováveis S.A.** **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Diretor;** **Viviane de Oliveira Soares – Diretora.**

Brise Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 19.257.480/0001-07 – NIRE 35.300.459.211

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de outubro de 2024

Data, Hora e Local: Em 09/10/2024, às 08:45 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada em razão da presença da titular da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Viviane de Oliveira Soares**; Secretária: **Luana Martins Vianna**. **Deliberação:** A única Acionista decidiu: 5.1. Aprovar a redução do capital social, passando de R\$ 482.149.639,18 para R\$ 419.697.639,18, uma redução de R\$ 62.452.000,00, com o cancelamento de 62.452.000, ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de redução de R\$ 1,00 cada. 5.2. Consignar que, nos termos do § 1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação desta ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução ora deliberada. 5.3. Consignar, ainda, que a redução ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2. acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva. 5.4. Consignar que o montante de R\$ 62.452.000,00, referente à redução de capital, será objeto de repasse, ao Acionista, na forma de créditos de contas a receber da Companhia em relação à Ibitu Comercializadora. 5.5. Aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, para refletir a redução de capital e o cancelamento de ações da Companhia, que passa a vigorar seguinte redação: "Artigo 5º O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 419.697.639,18, representado por 419.697.639 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." 5.6. A Acionista decide consolidar o Estatuto Social da Companhia, no sentido de refletir as alterações deliberadas no item 5.5 acima, em Ata de Assembleia Geral realizada em 25/05/2021 e registrada nesta JUCESP sob nº 380.679/21-8, em 09/08/2021, na Ata de Assembleia Geral realizada em 30/01/2023 e registrada nesta JUCESP sob nº 159.035/23-5, em 26/12/2023 e em Ata de Assembleia Geral realizada em 31/05/2023 e registrada nesta JUCESP sob nº 251.950/23-2, em 26/06/2023. 5.7. Aprovar a destinação da Reserva de Lucros da Companhia para distribuição de dividendos adicionais conforme o resultado dos exercícios de 2022 e 2023, no valor global de R\$ 63.977.941,30 à Acionista da Companhia. 5.8. A Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas neste ato. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 09/10/2024. **Mesa:** **Viviane de Oliveira Soares – Presidente;** **Luana Martins Vianna – Secretária.** **Acionista: Ibitu Energias Renováveis S.A.** **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos e Viviane de Oliveira Soares – Diretores.**

Ibitu Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 13.950.526/0001-84 – NIRE 35.300.418.409

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de outubro de 2024

Data, Hora e Local: Em 09/10/2024, às 08:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da representante da totalidade das ações ("Acionista"). **Mesa:** Presidente: **Viviane de Oliveira Soares**; Secretária: **Luana Martins Vianna**. **Deliberação:** A Acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas: 5.1. Aprovar a redução do capital social da Companhia, passando de R\$ 1.606.172.594,72 para R\$ 1.403.786.839,72 uma redução de R\$ 202.385.755,00, com o cancelamento de 150.319.640 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. 5.2. Consignar que, nos termos do § 1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação desta ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução ora deliberada. 5.3. Consignar que a redução ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2. acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação desta ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva. 5.4. Consignar que a quantia total da redução seguirá conforme abaixo: 5.4.1. R\$ 62.452.000,00 serão objeto de repasse à Acionista, na forma de créditos de contas a receber da Companhia em relação à Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.; 5.4.2. R\$ 120.000.000,00 serão distribuídos à Acionista; 5.4.3. R\$ 19.933.755,00 serão destinados para absorção dos prejuízos acumulados. 5.5. Aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, para refletir a redução de capital e o cancelamento de ações, que passa a vigorar seguinte redação: "Artigo 5º. O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.403.786.839,72, dividido em 1.403.786.839 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." 5.6. Reratificar a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31/05/2023 e registrada em 29/07/2023 na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 261.185/23-8 ("AGE"), em seu item 5.2. e no sentido de corrigir a redação do Artigo 13, "caput" do Estatuto Social da Companhia, para que passe a conter a seguinte redação: "Artigo 13. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, bem como perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais e autoridades, para dar efeito a quaisquer tipos de negócios, incluindo a assinatura de contratos e acordos, e, observada a necessidade de aprovação prévia dos acionistas, conforme estabelecido no Parágrafo Terceiro do Artigo 7º acima, deverá ser exercida por 2 membros da Diretoria, agindo em conjunto." 5.7. Consolidar o Estatuto Social da Companhia no sentido de refletir as alterações acima e na Assembleia Geral Extraordinária de 30/01/2024, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo no dia 04/03/2024 e sob nº 0.306.333/24-7. 5.8. A Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas neste ato. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 09/10/2024. **Mesa:** **Viviane de Oliveira Soares – Presidente;** **Luana Martins Vianna – Secretária.** **Acionista: Ibitu Energia S.A.** **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos e Viviane de Oliveira Soares.**

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5379	0,005722
Dólar (EUA) - 5,6045	Peso (Chile) - 0,006035
Franco (Suíça) - 6,4897	Peso (México) - 0,2897
Iene (Japão) - 0,03741	Peso (Uruguai) - 0,1349
Libra (Inglaterra) - 7,3139	Yuan (China) - 0,7908
Peso (Argentina) -	Rublo (Rússia) - 0,05863
	Euro - 6,1134

Querência Agroflorestal S.A.

CNPJ/MF nº 03.945.536/0001-78 – NIRE 43.300.061.809

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2024

Data, Hora e Local: 16/08/2024, às 10h00, na sede social da Companhia, na Rua Barão do Rio Branco, 2440, Conjunto 04, Sala A, Centro, Rosário do Sul-RS. **Convocação e Presença:** Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Sr. Fernando Ribeiro Fortes Abucham; e Secretário: Sr. Marcelo Maris Sales. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (i) aprovar o Protocolo e Justificação para Cisão Parcial da Querência Agroflorestal S.A., celebrado em 16/08/2024, entre as administrações da Companhia e da Santa Marcelina Agroflorestal S.A., CNPJ/MF nº 49.962.373/0001-32 e NIRE 35.300.611.365, com sede em São Paulo-SP, na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Conjunto 16-C ("Incorporadora"), referente à cisão parcial da Companhia com versão do acervo líquido cindido à Incorporadora ("Protocolo"); (ii) aprovar a contratação da RSM Brasil Auditores Independentes Ltda., registrada no CRC SP sob nº ZSP030.002/0-7 e no CNPJ-MF sob nº 16.549.480/0001-84 ("Avaliadora") para proceder à elaboração do Laudo de Avaliação, em conformidade com o Protocolo ora aprovado, nos termos dos artigos 8º e 229 da Lei das S.A.; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação, elaborado pela Avaliadora, que procedeu à avaliação da parcela do acervo líquido da Companhia a ser cindida, tendo apurado, pelo critério contábil, o valor de R\$ 21.000.000,00 ("Parcela Cindida"), com base no Balanço Patrimonial, o qual integra o Protocolo como seu Anexo I; (iv) aprovar a Cisão Parcial e a consequente versão à Incorporadora da Parcela Cindida, observados os termos e condições constantes do Protocolo e do Laudo de Avaliação; (v) em decorrência da Cisão Parcial, aprovar a redução do capital social da Companhia dos atuais R\$ 88.711.589,00 para R\$ 67.711.589,00, com uma redução efetiva, portanto, de R\$ 21.000.000,00, mediante o cancelamento de 10.500.000 ações ordinárias e de 10.500.000 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, todas detidas pelo acionista Austral LT FIP Multiestratégia, com a expressa anuência e concordância dos acionistas Austral ST FIP Multiestratégia e CMPC Celulose Riograndense Ltda., observados os termos e condições constantes do Protocolo. Em decorrência da redução de capital, fica também aprovada a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 67.711.589,00, dividido em 33.855.795 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações Ordinárias"), 11.227.297 ações preferenciais resgatáveis classe A nominativas e sem valor nominal ("Ações Preferenciais Classe A"), 17.298.253 ações preferenciais classe B nominativas e sem valor nominal ("Ações Preferenciais Classe B"), e 5.330.244 ações preferenciais classe C nominativas e sem valor nominal ("Ações Preferenciais Classe C", e, em conjunto com as Ações Preferenciais Classe A e as Ações Preferenciais Classe B, as "Ações Preferenciais", as quais, por sua vez, em conjunto com as Ações Ordinárias, as "Ações"). (vi) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos complementares e/ou decorrentes da Cisão Parcial ora aprovada; (vii) considerando as deliberações acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (viii) aprovar a lavratura da presente Ata desta Assembleia na forma de sumário. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata. **Assinaturas:** Acionistas Presentes: Austral ST FIP Multiestratégia, Austral LT FIP Multiestratégia e CMPC Celulose Riograndense Ltda. Rosário do Sul, 16/08/2024. **Mesa:** **Fernando Ribeiro Fortes Abucham – Presidente;** **Marcelo Maris Sales – Secretário.** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul – JUCIRS. Certifico registro sob o nº 10592656 em 19/09/2024. Protocolo 243049498 de 23/08/2024. José Tadeu Jacoby – Secretário Geral.

Setin Hotéis Ltda.

CNPJ/MF nº 23.232.907/0001-81 – NIRE 35.229.417.085

Extrato da Ata de Reunião de Sócios no dia 26.09.2024

Data, Hora e Local: 26.09.2024, às 10 horas, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 5º andar, Torre III, Itaim Bibi, CEP 04543-900, São Paulo (SP). **Convocação.** Dispensada, considerando a presença da totalidade dos sócios da Sociedade. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa.** Antonio Setin – Presidente, Priscilla Maria Mendonça Albuquerque – Secretária. **Deliberações Aprovadas.** 1. Redução do capital social, de R\$ 316.335.913,00, para R\$ 315.435.913,00, redução, portanto, de R\$ 900.000,00, com o correspondente cancelamento de 900.000 quotas, na proporção de 100% para a sócia ASTN, com fulcro no Contrato Social da Sociedade, no Código Civil e na Lei nº 13.874/19 (Lei da Liberdade Econômica), sendo aprovada a redução do capital social, por ser considerado excessivo com relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 1.082, II, do Código Civil, a ser restituído, em moeda corrente nacional, na proporção de 100% para a sócia ASTN, com fulcro no Contrato Social da Sociedade, no Código Civil e na Lei nº 13.874/19 (Lei da Liberdade Econômica); e 2. Autorizar a diretoria da Sociedade a providenciar a publicação da presente, bem como a assinar os documentos necessários. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 26.09.2024. **Sócios:** ASTN Participações S.A. por Antonio Setin e Antonio Setin.

E-Vino Comércio de Vinhos S.A.

CNPJ/MF nº 17.392.519/0001-65 – NIRE 35.300.511.891

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de outubro de 2024

Data, Hora e Local: Em 11/10/2024 às 10:00 horas, na sede social da E-Vino Comércio de Vinhos S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, 986, 8º andar, Consolação, CEP 01.415-906. **Convocação e Presença.** Dispensadas as formalidades de convocação e publicação, em virtude da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme lista de presença constante no Anexo I. **Mesa.** Presidente – Ricardo Fernandes de Sousa Costa; e Secretário – Marcos Leonel Leal. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a redução do capital social excessivo e a consequente restituição ao acionista da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital referido no item (i); (iii) registrar de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia e a consequente restituição de parte do capital social ao acionista; e (iv) a autorização para que as matérias constantes dos itens acima, possam ser efetivados pela Diretoria da Companhia. **Deliberações.** Após o exame e discussão das matérias da ordem do dia, o único acionista, titular da totalidade das ações de emissão da Companhia, decidiu, sem ressalvas: 1. **Aprovar** a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A.; 2. **Aprovar** que a Companhia reduza o capital social da Companhia por julgá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, dos atuais R\$ 471.925.347,65, para o valor de até R\$ 469.675.347,65, configurando uma redução de até R\$ 2.250.000,00, sem o subseqüente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação, mediante a restituição de capital. 3. **consignar** que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução ora deliberada. 4. **Registrar** que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia e a consequente restituição do capital social fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições: (i) Publicação da presente ata antes do seu respectivo registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, em face do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) Decurso do prazo de 60 dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada pelos credores quirografários oposição à essa deliberação ou, se tiver ocorrido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial, em face do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) Após o prazo para oposição aos credores ou pagamento e/ou depósito judicial aos credores, nos termos do item (ii) acima, deliberação em uma ou mais assembleias gerais extraordinárias da Companhia homologando a redução de capital social da Companhia, bem como o prazo e a forma de restituição do capital ao acionista ("Assembleia de Homologação"). A Assembleia de Homologação deverá estabelecer a quantidade e qualidade das ações a serem canceladas e poderá cancelar, total ou parcialmente a redução de capital, homologar total ou parcialmente a redução de capital ora deliberada (e, em caso de homologação parcial da redução de capital, a Assembleia de Homologação poderá inclusive delegar poderes para as assembleias subsequentes homologarem o restante da redução de capital). 5. **Autorizar** a diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente concedeu a palavra aos presentes, não tendo sido feito uso dela. Em seguida, o Presidente deu por suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pela totalidade dos acionistas. **Assinaturas:** Presidente – Ricardo Fernandes de Sousa Costa; e Secretário – Marcos Leonel Leal. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. As partes firmam o presente instrumento por meio eletrônico, reconhecendo expressamente como válidas as respectivas assinaturas eletrônicas, para todos os fins de direito, nos termos do art. 10, parágrafo 2º, da MP 2200-2/2001. São Paulo/SP, 11/09/2024. **Mesa:** Ricardo Fernandes de Sousa Costa – Presidente; Marcos Leonel Leal – Secretário. Acionista: **Ajaccio Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia** Por: Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. Gabriel Felzenszwalb – Diretor; Marco Antonio Franklin – Diretor.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,6039 / R\$ 5,6045 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,5796 / R\$ 5,5816 *

Turismo - R\$ 5,6134 /

R\$ 5,7934

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -0,57%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,78%

Pontos: 131.005

Volume financeiro:

R\$ 19,411 bilhões

Maiores altas: Locaweb

ON (5,17%), Magazine

Luiza ON (3,70%), Mar-

frig ON (3,70%)

Maiores baixas: Petrório

ON (-1,88%), Petrorecon-

cavo ON (-1,59%), Brava

ON (-0,92%)

S&P 500 (Nova York):

0,77%

Dow Jones (Nova York):

0,47%

Nasdaq (Nova York):

0,87%

CAC 40 (Paris): 0,32%

Dax 30 (Frankfurt): 0,69%

Financial 100 (Londres):

0,47%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,57%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,75%

Shanghai Composite

(Xangai): 2,07%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): 1,91%

Merval (Buenos Aires):

0,62%

IPC (México): -0,75%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Dezembro 2023: 0,56%

Janeiro 2024: 0,42%

Fevereiro 2024: 0,83%

Março 2024: 0,16%

Abril 2024: 0,38%

Maio 2024: 0,46%

Junho 2024: 0,21%

Julho 2024: 0,38%

Agosto 2024: -0,02%

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Magalu e AliExpress iniciam venda mútua de produtos em seus marketplaces



O Magazine Luiza e o AliExpress iniciaram no domingo, 13, uma parceria para venda mútua de produtos em seus marketplaces.

A colaboração prevê que produtos da “Choise”, serviço premium do site do grupo Alibaba, sejam vendidos nas plataformas do Magalu. Enquanto isso, a plataforma brasileira comercializará produtos de sua linha “1P” (produtos de estoque próprio) no aplicativo e site do AliExpress Brasil.

Ação do Magalu dispara 12% após anúncio de parceria com a AliExpress.

O que será disponibilizado em cada plataforma?

Produtos do Magazine Luiza como eletrodomésticos, eletroportáteis, móveis, brinquedos, entre outros, serão vendidos no AliExpress.

Já no Magalu, a linha adicionada pela companhia chinesa inclui produtos premium, como itens de beleza, eletrônicos, acessórios, casa, decoração, casa inteligente e outras variedades.

Haverá taxa nos produtos importados?

Os produtos do AliExpress contarão com os benefícios da chamada “Remessa Conforme”, que isenta de impostos as importações com valor inferior a US\$ 50.

Eles serão comercializados em mais de 1.250 lojas

físicas do Magazine Luiza.

O que o Magazine Luiza ganha com a parceria?

Segundo o Magazine Luiza, a parceria visa impulsionar sua atuação na operação cross-border (compra e venda de produtos internacionais), com os produtos do AliExpress.

O varejista brasileiro completa ao afirmar que o seu foco será na complementaridade de portfólio, com itens de tíquete médio mais baixo.

A empresa ressalta que o consumidor, por sua vez, poderá ter mais flexibilidade de pagamentos para compras no exterior, com parcelamento em até dez vezes sem juros.

IstoéDinheiro

Huawei prepara ataque ao duopólio global de Android e iOS

Investidor americano hoje baseado em Shenzhen, Taylor Ogan já testou o novo sistema operacional da Huawei, HarmonyOS Next, mas não tem como transferir imagens. “Todos os que estão usando esse Beta [versão de teste] carregam uma impressão digital”, diz ele. “Se você tirar uma foto ou captura de tela, no fundo, tem o que parece ser uma impressão digital humana. Se vazar, a Huawei vai saber quem foi.”

O HarmonyOS Next será lançado comercialmente junto com o smartphone Mate 70, nas próximas semanas ou meses --ainda não tem data. É o modelo que vai ocupar o lugar do Mate 60, cujo lançamento pela Huawei há um ano chocou o setor de tecnologia. Foi o retorno da empresa chinesa aos celulares de ponta, com conexão 5G, vencendo o embargo de chips imposto há mais de quatro anos pelos Estados Unidos.

Mais do que o novo celular, é o novo sistema ope-

racional que causa expectativa. Diferentemente do HarmonyOS usado no celular Pura 70 lançado há seis meses, o Next abandona de vez os aplicativos desenvolvidos para o sistema operacional Android, do Google. Um diretor da Huawei falou no mês passado, durante uma feira do setor em Pequim, que ele foi “desenvolvido de maneira totalmente independente e autônoma”.

Ogan descreve a experiência com o Next como semelhante àquela com os chamados “super apps” chineses, WeChat e Alipay, que incorporam outros aplicativos como mini-programas internos ou mini-apps. No Next, os aplicativos não trazem mais os códigos “inchados” do Android, rodando de forma mais leve. “A Huawei basicamente passa a ter seus próprios mini-programas, o que é um grande negócio.”

Um aplicativo que ele ainda não testou no novo sistema operacional é o próprio WeChat.

Nelson Sá/Folhapress



Entenda a economia dos tokens que emergiu com IA e alçou a Nvidia ao topo da Bolsa



Para o fundador da Nvidia, Jensen Huang, a valorização astronômica de seu negócio, que chegou ao topo da Bolsa no mundo, tem um motivo mais profundo do que a corrida de empresas de inteligência artificial (IA) por equipamentos da fabricante de chips.

A razão moraria na capacidade sem precedentes na computação de fazer cálculos com números reais (conjunto que engloba números inteiros, frações e dízimas não periódicas) --os chamados floats, na programação.

Nos últimos 20 anos, o poder computacional de um chip se multiplicou por mil, correspondendo ao teorema empírico levantado pelo co-fundador da Intel Gordon E.

Moore: o poder de processamento de um microchip se duplica a cada dois anos --em um dado objetivo, o número de transistores por placa lógica dobra no período, em uma curva exponencial.

Isso permitiu que cientistas e programadores fossem um passo além nos cálculos matemáticos e conseguissem criar inteligência, ou, no mínimo, a habilidade de Par dar corda à engenhoca, o modelo computacional precisa trabalhar com bilhões de números, segundo o professor de ciência da computação da UFRGS Luis Lamb. A versão mais recente do ChatGPT, por exemplo, trabalha com 1,8 trilhão de parâmetros. Foram de três a cinco meses de processamento em 25 mil unidades de processamen-

to gráfico (GPUs) da Nvidia para concluir o projeto.

O professor da Escola Politécnica da USP, Fabio Cozman, estima que uma pessoa levaria 30 anos, para fazer um bilhão de operações matemáticas, se levasse um segundo em cada uma. “Certamente um ser humano não faria essas operações em tempo razoável.”

Diferentemente dos processadores tradicionais, que fazem uma operação de cada vez, as GPUs conseguem fazer vários cálculos ao mesmo tempo, por abrigar circuitos em paralelo. “O paralelismo é importante, pois quanto mais operações simultâneas foram realizadas, melhor será o desempenho dos algoritmos”, diz Lamb.

Pedro S. Teixeira/Folhapress